



PREFEITURA DE SOROCABA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

### CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOROCABA

1 Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte dois realizou-se a 608ª reunião do  
2 CMESO. A presidente Ana Paula iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e  
3 todas e registrando agradecimento à conselheira Parê por secretariar a reunião.  
4 Confirmação das presenças: Marília Barreto, Aparecida Gutierrez, Joyce Campos,  
5 Denilson Camargo, Miriam Facci, Elaine Nochelli Petula Ramanauskas Adriana  
6 Santos, Alexandre Simões e Andrea Tichy. Justificaram ausência: conselheiros:  
7 Marinês, Pedro, Rosângela e Valéria. Passamos para a leitura da ata da reunião 607ª.  
8 Conselheiro Alexandre solicitou correção da linha 50: desligamento da prof Giane.  
9 Conselheira Andrea esclareceu que houve desligamento da comissão de análise dos  
10 livros, inclusive da suplente. Sem mais manifestações, a ata foi colocada para  
11 aprovação. Ata aprovada com as adequações apontadas. Passamos para a palavra  
12 da presidência: a nova presidência colocou seu compromisso nos termos da legislação  
13 vigente: um conselho consultivo, deliberativo e fiscalizador. Reconheceu todo trabalho  
14 da presidência anterior e apresentou proposta de trabalho de forma coletiva a partir de  
15 demandas da rede de ensino. Afirmou que algumas demandas já são conhecidas e  
16 outras precisam ser identificadas. O intuito é identificar as demandas junto às escolas  
17 e SEDU para que possamos elencar as prioridades para o plano de ações. Refletiu  
18 que um ano é pouco tempo, mas é primordial avançar nas principais necessidades das  
19 comunidades escolares. Destacou que um outro ponto é o envio da pauta, ata e  
20 documentos, de forma antecipada, para embasar a reunião de forma que todos se  
21 apropriem dos debates a serem feitos. Sobre a composição das câmaras, esclareceu  
22 que enviará link para reorganização dos componentes. Também chamou a atenção  
23 para as presidências das mesmas, pois assumir a presidência do CMESO e das  
24 câmaras trará sobrecarga de trabalho, portanto as câmaras deverão ter novas  
25 presidências. Também compartilhou o recebimento de documentos da UNCME:  
26 pagamento da anuidade que será encaminhado à SEDU para apreciação e  
27 pagamento do boleto. Além disso, conforme já informado em reunião anterior, o  
28 conselheiro, então presidente, Alexandre representou ao Ministério Público sobre a  
29 robótica na rede de ensino. O CMESO recebeu a notificação do MP de que deve se  
30 manifestar sobre alguns pontos: consulta do projeto junto ao CMESO e como CMESO  
31 teve conhecimento do referido projeto. A resposta tem prazo estabelecido. Sobre o  
32 Caderno de Projetos, Ana Paula reiterou o não recebimento dos detalhamentos  
33 solicitados à SEDU e também o não recebimento dos detalhamentos solicitados sobre  
34 as contas 2021. A presidência afirmou que os trabalhos tiveram continuidade pois as  
35 ações devem ser finalizadas. Passou para a **palavra para a vice-presidência:**

36 conselheira Adriana agradeceu a confiança do colegiado e conta com o apoio e  
37 responsabilidade de todos. Passamos a palavra dos conselheiros: Conselheira Parê  
38 solicitou esclarecimentos se a conselheira Angélica Lacerda permanece ou não no  
39 colegiado. Sobre a vacância da Marina, o decreto expirou os efeitos e nova nomeação  
40 ocorrerá em breve. O Conselheiro Alexandre esclareceu que a conselheira Angélica  
41 não solicitou o desligamento. A conselheira Parê solicitou compreensão do colegiado  
42 sobre a agenda do Seminário de Combate à Obesidade Infantil. A data coincidiu com a  
43 data de reunião ordinária do CMESO. Se comprometeu a harmonizar as próximas  
44 agendas de encontros formativos. Sobre o relatório das contas 2021, a conselheira  
45 Parê solicitou que o documento não seja colocado em votação na data de hoje e se  
46 compromete em enviar detalhamento ainda hoje. Esclareceu que, por motivos de  
47 trabalho, não participou da reunião da câmara e se comprometeu a participar nas  
48 próximas. Destacou que os trabalhos com plano de ação, especialmente o envio de  
49 documentos de forma preliminar, são muito produtivos. Solicitou que as deliberações  
50 sejam estudadas e debatidas em mais de uma reunião, pois determinados assuntos  
51 são complexos e devem ser apreciados com muita dedicação. Se colocou à  
52 disposição para contribuir em todos os processos. A presidência esclareceu que a  
53 discussão terá início na data de hoje e não é objetivo aprovar nesta data. Conselheira  
54 Ana Paula também relatou que também agendou reunião com o secretário de  
55 educação Marcio Carrara para dialogar sobre os trabalhos do CMESO. Passamos  
56 para a **palavra da comunidade**: sem manifestações. Passamos para ordem do dia.  
57 **1- CONAE 2022 - etapa municipal**: A presidente relatou que é objetivo realizar a  
58 etapa aqui no município. Em setembro de 2021, a UNCME assumiu o compromisso de  
59 realizar os trabalhos no estado de São Paulo no ano de 2022. O tema da CONAE  
60 2022 é Inclusão, Equidade e Qualidade: compromisso com a educação brasileira. O  
61 prazo de realização era de janeiro de 2022 foi prorrogado para 30 de abril de 2022 em  
62 virtude do início das aulas nas diferentes redes de ensino. O fórum não foi instituído no  
63 município, portanto o CMESO e a SEDU são os órgãos mobilizadores da CONAE. O  
64 fórum estadual de educação popular de São Paulo está mobilizado para realizar a -  
65 conferência nacional de educação popular. Há um debate aberto acerca do documento  
66 de referência da CONAE. Há discussões sobre pouca participação na sua elaboração  
67 e também sobre o número de delegados. Desta forma, alguns grupos têm se  
68 colocados contrários à realização da CONAE. A presidência CMESO defende que não  
69 realizar a CONAE também não contribuiu para o exercício da participação e não  
70 contribuiu para fortalecer o plano nacional de educação e as demais políticas públicas.  
71 A CONAE vem com 3 eixos: I-O PNE 2024 – 2034: avaliação das diretrizes e metas;  
72 II- Uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da educação; III-  
73 Criação do SNE: avaliação da legislação inerente e do modelo em construção. Os três  
74 eixos são igualmente importantes. A presidência entrou em contato com a equipe  
75 SEDU, a conselheira Parê fez a mediação dos diálogos e são três as gestoras que  
76 estão dedicadas a este trabalho: Izaura , Lauren e Thais. Existe a disposição para a  
77 realização da CONAE também na Secretaria da Educação. A proposta foi de realizar  
78 as atividades em duas noites: 26 e 27 de abril - das 18h30 às 22h. Documentos de  
79 referência e orientação já foram disponibilizados. Amanhã uma nova reunião ocorrerá  
80 para organização. A conselheira Adriana também colocou que o município de  
81 Sorocaba é referência na região, então é importante que os trabalhos sejam

82 realizados. Ana Paula destacou que após as plenárias da CONAE, a comissão  
83 organizadora fechará o documento final e também encaminhará os delegados.  
84 Também esclareceu que o número de delegados será definido após as plenárias dos  
85 demais municípios da nossa região. A conselheira Miriam perguntou: esta etapa é  
86 municipal ou regional? Recordou que, em anos anteriores, Sorocaba realizou a etapa  
87 intermunicipal também. A Conselheira Ana Paula esclareceu que os diversos  
88 municípios da região já realizaram suas conferências e que portanto não teremos aqui,  
89 no município, a etapa intermunicipal e sim a municipal com os diferentes segmentos  
90 da educação. A conselheira Parê apoiou a realização, mesmo num tempo curto,  
91 equipes estão animadas e colocou a Secretaria da Educação à disposição.  
92 Conselheiro Denilson colocou a importância do monitoramento das metas do PME,  
93 aquilo que não foi atingido e outras que deixaram de ser relevantes para as políticas  
94 do município. A Presidente chamou a atenção para o monitoramento das metas do  
95 PME, trata-se de ação primordial para o avanço dos trabalhos. Neste ano já ocorreu  
96 uma reunião da equipe técnica para os trabalhos. Nesta reunião foi destacada a  
97 importância deste trabalho pois a reorganização do novo plano depende desta  
98 avaliação. Foi acordado que a partir do mês de maio, será retomada esta ação com a  
99 nova coordenação da SEDU. A conselheira Parê fortaleceu a ação e reiterou a  
100 necessidade do compromisso com este monitoramento do PME. Não foram  
101 registradas manifestações contrárias à realização da etapa CONAE 2022 – municipal.

102 **2 -Análise do parecer de contas - exercício 2021:** parecer foi produzido pela Adriana  
103 e Miriam e aprovado pelas Câmaras da educação infantil e ensino fundamental - a  
104 partir de informações recebidas e também pelo parecer do ano anterior. Os trabalhos  
105 terão início hoje, com conclusão na próxima semana. A palavra foi passada para a  
106 conselheira Adriana que discorreu sobre o trabalho realizado. Adriana agradeceu a  
107 parceria da Miriam e destacou a dificuldade em consultar o portal da transparência.  
108 Também destacou a existência de apontamentos no relatório e falta de informações  
109 complementares. Estas informações complementares não estão no portal da  
110 transparência. Muitos dos dados não estão detalhados no portal, o que dificultou a  
111 análise, diz Adriana. Os trabalhos se pautaram no relatório anterior. Adriana relatou  
112 que não tem a competência técnica para a ação, não é uma contadora, mas que existe  
113 a responsabilidade de fazer alguns apontamentos quanto aos gastos para que se faça  
114 os melhores investimentos com os recursos públicos. Passou a palavra para a  
115 conselheira Miriam. Miriam destacou os compromissos éticos e legais desta ação: é  
116 papel do CMESO exercer o controle social com responsabilidade. A presidência  
117 acordou que a leitura será iniciada. Destacou que em nenhum momento foi depreciado  
118 qualquer investimento do poder público. A análise se pautou nos aspectos de  
119 detalhamentos ausentes, que a Parê encaminhará ainda hoje, e também na  
120 perspectiva de atendimento de outras demandas e prioridades no momento das  
121 tomadas de decisões. Foi a leitura na íntegra e acordado o teto até 11h30min. A  
122 leitura teve início com a conselheira Miriam. Miriam destacou que seguiram o formato  
123 do relatório do ano de 2020. A leitura da introdução ocorreu com alguns apontamentos  
124 da função fiscalizadora do CMESO. Miriam também relatou que sentiu dificuldades  
125 com o portal da transparência. Parê perguntou sobre a síntese da consulta pública.  
126 Parê solicitou ver o registro do link da consulta. Alexandre foi visualizar a síntese do  
127 link de pesquisa. Alexandre esclareceu que o CMESO não recebeu apontamentos na

128 consulta pública. Parê solicitou que esta informação conste no relatório. Adriana e  
129 Miriam concordaram que esta informação deve constar no relatório. Parê se  
130 surpreendeu com a informação de que a consulta não teve respostas e solicitou  
131 novamente que isso conste no relatório. Miriam concordou e afirmou que houve uma  
132 falha em isso não constar no relatório. Miriam destacou que a divulgação das  
133 consultas precisa ser intensificada e que a cultura da participação deve ser estimulada  
134 sempre, especialmente nos canais formais de escuta. Ana Paula relatou que os  
135 instrumentos oficiais não surtiram efeitos, mesmo com a divulgação realizada em  
136 diversos órgãos. Ana Paula destacou que uma estratégia pode ser analisar as contas  
137 de forma periódica, até trimestralmente, e isso poderá colaborar com as consultas e  
138 apontamentos. Será uma construção de participação efetiva de todos nos canais  
139 oficiais de comunicação e não apenas em espaços informais. Alexandre  
140 complementou que incluir esta informação no texto é importante para registrar o  
141 movimento de trabalho do CMESO. Destacou que no ano passado foi feita a primeira  
142 análise e este ano com manifestação da comunidade, mas esta participação não está  
143 incorporada nas culturas, este é o papel mobilizador do CMESO. A participação é uma  
144 ação relevante que deve ter envolvimento de todos os profissionais e  
145 comunidade. Para reforçar este movimento do colegiado é importante registrar este  
146 assunto no texto do relatório, concluiu Alexandre. Ana Paula questionou sobre outros  
147 apontamentos no texto sobre a primeira parte da leitura, não tivemos mais  
148 manifestações. Miriam solicitou para marcar em amarelo o texto, para se alterar o  
149 texto, conforme aprovado nos debates. Passamos para a leitura do item 2 - relatório.  
150 No item 2.3, Parê perguntou se existe dúvida sobre a aplicação dos 25%  
151 constitucionais. Adriana disse que os dados estão no portal. Parê questiona o texto do  
152 relatório que aponta a dúvida. Adriana afirma que não tem competência técnica para  
153 avaliar o cumprimento, e que talvez com os documentos que serão encaminhados  
154 pela SEDU, possamos caminhar. Ana Paula diz que no dia da reunião da câmara se  
155 sentiram inseguras em afirmar o cumprimento dos 25%. Parê relata que compreende a  
156 dificuldade, mas problematiza apontar dúvida por não ter a competência técnica e  
157 pediu mais clareza no texto. Adriana diz que o trabalho foi realizado com os dados do  
158 portal da transparência e que a SEDU não enviou os documentos complementares  
159 solicitados. Parê insistiu sobre sua leitura de que o texto deveria ter mais clareza e  
160 Ana Paula sugeriu que fosse feita uma inserção de que a aplicação dos 25% deve ser  
161 objeto de análise pelos órgãos competentes, pois CMESO não possui competência  
162 técnica. Parê relatou que esta dúvida pode não ser respondida pelos documentos  
163 solicitados e pede que o tema seja estudado e analisado na próxima reunião.  
164 Alexandre reiterou a necessidade de que a SEDU encaminhe os dados solicitados  
165 sempre e também que todos os membros participem das reuniões das câmaras.  
166 Afirmou que é competência do CMESO realizar a avaliação das contas e de que é  
167 possível registrar que não foi possível avaliar por falta de documentos pois não  
168 podemos nos eximir da competência da análise das contas. Ana Paula esclareceu que  
169 quando disse competência técnica não se referiu à competência legal e sim falta de  
170 conhecimento técnico e também pela falta de documentos complementares. Miriam  
171 defendeu que seja colocado no texto que, por não haver informações  
172 complementares, faz-se necessário avaliação por órgãos competentes. Defendeu que  
173 temos a competência para realizar, afirmou que concorda em registrar no relatório

174 que, por falta de informações complementares, não foi possível fazer a averiguação  
175 dos 25%. Adriana também afirmou que não tinha conhecimento no momento da  
176 reunião sobre o assunto e que, nos cálculos básicos, parece que não bate os 25%.  
177 Também defendeu que, para se registrar no relatório temos que ter certeza dos dados.  
178 Adriana concordou em alterar o trecho do texto. Ana Paula reiterou que a competência  
179 legal existe, o que faltou foi competência técnica, inclusive para analisar as alterações  
180 de arrecadação no ano de 2021. Concluiu que o colegiado tem a competência legal,  
181 mas a falta de competência técnica dificultou as análises dos dados. Ana Paula  
182 destacou o texto em vermelho para retomar o parágrafo posteriormente. Afirmou que  
183 os dois apontamentos feitos no texto deverão ser retomados na próxima reunião.  
184 Decidiu-se ppr interromper a leitura pelo horário e na próxima reunião será retomada a  
185 leitura e diálogos. Ana Paula esclareceu que aguarda o envio dos documentos que  
186 possam ser acrescentados no parecer. Retomou que o parecer foi construído nas  
187 câmaras e que posteriormente é apreciado pelo colegiado para se construir um  
188 parecer final. Miriam afirmou que as contribuições devem vir no momento certo.  
189 Defende que as alterações são extemporâneas e se torna muito difícil concluir o  
190 trabalho, Propõe que se leve em consideração que o documento foi construído com os  
191 documentos que se tinha no momento. Miriam concorda com as alterações de texto ,  
192 mas fica ressabiada em incluir informações que não estavam previstas, vai se chegar  
193 no fim do ano e o trabalho não será concluído Pediu para que todos refletissem sobre  
194 isso. Adriana relatou que o trabalho foi exaustivo e concorda com as considerações ,  
195 mas alterar todo o trabalho em virtude da chegada de novos documentos, solicitou  
196 estudo do regimento para se fazer isso. Parê defendeu que o parecer está sendo  
197 apresentado pela primeira vez nesta data, se o colegiado não puder debater o  
198 conteúdo do relatório, basta colocar o texto para o conselheiro Pedro, excelente  
199 professor de língua portuguesa, para adequar a linguagem. Defendeu que a reunião  
200 do colegiado é para o debate, justificou ausência na reunião da câmara e afirmou que  
201 não vai se furtar de debater e problematizar. Também declarou que o debate de  
202 considerar os novos documentos é assunto que precisa ser debatido, não precisa ser  
203 neste momento, reafirmou que este trabalho teve início hoje, se não for para debater,  
204 o documento deve ser levado para votação. Chamou atenção da responsabilidade de  
205 aprovar e também não aprovar as contas, ambos os casos são de responsabilidade,  
206 inclusive sem critérios e sem competência técnica. Defendeu que o debate deve existir  
207 sempre. Miriam retomou que acatará pelas alterações do texto. Ana Paula  
208 encaminhou que os trâmites devem ser com leituras, debates e votações. Também  
209 destacou que a responsabilidade é de todos. Ana Paula trouxe que não é a ideia  
210 colocar o relatório em votação apenas e sim vamos continuar os debates. Orientou a  
211 todos que o regimento é o documento que normatiza o trabalho do colegiado,  
212 independe das concepções individuais. Alexandre afirmou que o debate deve ser  
213 estimulado e que, pelo regimento, o parecer poderia ser levado à aprovação do  
214 colegiado ou não. Reconheceu que as relatoras estão abertas às alterações e  
215 contribuições. Também declarou que o poder público também assume as  
216 consequências dos seus atos quando implanta projetos e ações sem dialogar com  
217 este colegiado, inclusive em apresentar documentos de forma extemporânea. O poder  
218 público quando ignora este colegiado assume suas responsabilidades. Ana Paula  
219 reiterou que se esforçará para que os relatórios possam analisar períodos menores de

220 forma a contribuir com os acompanhamentos. Nada mais a ser tratado, a reunião foi  
221 encerrada às 11h46min. Seguem as assinaturas dos presentes.

222

223